



Janeiro 2006

Esforço de reconstrução acelera!

- ⚡ O governo angolano está a levar a cabo um vasto plano de investimentos públicos orientado para a dotação de infra-estruturas básicas destinadas a assegurar a sustentabilidade económica de sectores não-petrolíferos. A reabilitação de estradas e ferrovias, construção de barragens, escolas e hospitais integram este ambicioso plano de investimentos públicos, que envolve fundos de Estado e apoios internacionais. Para 2006, o executivo assume como prioridade a reconstrução de infra-estruturas e a reabilitação de equipamentos sociais básicos.

Crescimento acima de 20% e inflação controlada em 2006

- ⚡ A economia angolana revela sinais de forte vitalidade, prevendo o governo um crescimento do PIB de 27% em 2006, devendo a inflação situar-se em 10%. Em Outubro, pela primeira vez desde 1996, a inflação homóloga quebrou a fasquia dos 20%, aproximando-se da meta governamental de 15% para final deste ano.
- ⚡ Para 2006, o governo projecta um défice de 6,9% do PIB. Apesar do forte acréscimo das receitas de origem petrolífera, estas revelam-se insuficientes para suportarem o importante esforço de reconstrução, que fez disparar as despesas de investimento.
- ⚡ Em 2005, o superávit externo angolano poderá ascender a cerca de 18% do PIB devido ao forte incremento das exportações petrolíferas. A China é o principal destino das exportações angolanas secundado pelos EUA. Actualmente, Angola é o terceiro principal fornecedor de petróleo à China e ocupa a nona posição no que se refere aos EUA. Esta classificação deverá melhorar ao longo dos próximos anos com o aumento previsto da produção. Aliás, Angola insere-se no conjunto dos cinco países do mundo mais apetecíveis em termos de perspectivas de incremento da produção petrolífera nos próximos anos.

Cristina Casalinho

Email: cristina.veiga.casalinho@bancobpi.pt

Telef.: 21 310 11 84

Fax: 21 353 56 94

<http://www.bfa.ao>



DEPARTAMENTO DE ESTUDOS ECONÓMICOS E FINANCEIROS

Rui Martins dos Santos Administrador
 Cristina Veiga Casalinho Directora
 Paula Gonçalves Carvalho SubDirectora
 Pedro Ferreira da Silva
 Susana de Jesus Santos
 Teresa Gil Pinheiro

ANÁLISE TÉCNICA & MODELOS DE TRADING
 Agostinho Leal Alves

Tel.: 351 21 310 11 86 Fax: 351 21 353 56 94

Email: deef@bancobpl.pt <http://www.bancobpl.pt>
<http://www.bpiinvestimentos.pt/Research> <http://www.bfa.ao>

ESFORÇO DE RECONSTRUÇÃO ACELERA EM 2006!

1. OGE 2006 DOMINADO POR FORTE CRESCIMENTO E RELANÇAMENTO DAS ESTRUTURAS PRODUTIVAS.

Em meados de Dezembro, a Assembleia Nacional aprovou a proposta do governo relativa ao Orçamento Geral do Estado para 2006 (OGE 2006). Neste documento, o executivo propõe-se atingir um défice público de 6.9% do PIB (sem doações) depois de, em 2005, se ter verificado um superávit. As previsões apontam para acréscimos muito expressivos das receitas na sequência da expansão da produção petrolífera e da persistência da alta do preço do petróleo e, do lado da despesa, intensificação do plano de investimentos infra-estruturais do executivo.

Os pressupostos macroeconómicos subjacentes à elaboração do orçamento revelam uma visão francamente optimista de evolução da economia angolana em 2006, prevendo-se o crescimento do PIB em 27.9%, destacadamente superior a valores avançados pelo FMI e outros organismos internacionais, que se caracterizam por níveis inferiores a 25%. Novamente, o principal motor da economia será o sector petrolífero com uma expansão de 30%, quedando-se o incremento dos sectores não petrolíferos em 11%, sensivelmente em linha com as estimativas internacionais. A inflação, confirmando a sua tendência declinante, atingirá 10%, depois de se aproximar da meta de 15% estabelecida para o final de 2005. No que se refere à produção e preço de petróleo, os valores propostos não se afastam de estimativas de organismos independentes ligados ao sector.

Em 2006, destaca-se o aumento das despesas com pessoal (+74%). Este acréscimo resultará da expansão do número de funcionários públicos, pois

Cenário macroeconómico do OGE 2006

	2005	2006	2006 (*)
Crescimento real do PIB (%)	15.5	27.9	24.5
Sector petrolífero	19.7	37.2	37.0
Sector não-petrolífero	10.4	11.9	10.5
Inflação (tvh,%)	17.7	10.0	9.0
Produção petrolífera (milhões de barris)	435.2	597.1	720.0
Preço médio de exportação do petróleo (USD)	53.8	45.0	36.7
Câmbio médio (USD/AKZ)	89.8	94.2	-
Saldo orçamental global (% do PIB)	2.7	-6.9	4.6

Fonte: Ministério das Finanças, FMI.

Nota: (*) - FMI.

Orçamento do Estado

	2004	2005Prog	2006	Variação	
				2005/2004	2006/2005
Receitas	609.7	1026.4	1415.0	68%	38%
Impostos	597.3	978.2	1353.9	64%	38%
Petrolíferos	469.3	807.2	1133.2	72%	40%
dos quais: direitos de concessão	130.0	254.5	311.9	96%	23%
Não petrolíferos	128.0	171.0	220.7	34%	29%
Outras receitas	12.4	48.2	61.1	289%	27%
Contribuições sociais	0.0	21.7	20.1	-	-7%
Doações	7.5	7.2	11.5	-4%	60%
Outras	4.9	19.3	29.5	294%	53%
Despesas	591.9	945.0	1637.4	3.2	73%
Despesa Corrente	480.0	687.8	842.5	1.3	22%
Pessoal	170.4	214.9	373.3	26%	74%
Bens e Serviços	156.2	309.7	230.6	98%	-26%
Transferências correntes	153.4	163.2	238.6	6%	46%
Juros	38.6	28.9	55.1	-25%	91%
Externos	34.8	25.6	39.4	-26%	54%
Internos	3.8	3.3	15.7	-13%	376%
Despesas de capital	73.3	228.3	739.8	211%	224%
Saldo global (Compromisso)	17.8	81.4	-222.4	357%	-373%
Saldo global (compromisso), % do PIB	1.1%	3.0%	-6.6%	178%	-320%
Variação de atrasados	-42.2	-67.5	-59.7	60%	-12%
Internos	-45.2	-75.8	-86.5	68%	14%
Externos (juros)	3.0	8.3	26.8	177%	223%
Saldo global (Caixa)	-24.4	13.9	-282.1	-157%	-2129%
PIB a preços de mercado	1656.9	2726.7	3389.1	65%	24%
Saldo global (caixa), % do PIB	-1.5%	0.5%	-8.3%	-135%	-1733%

Fonte: Min. Finanças.

o aumento salarial para 2006 aprovado pela Assembleia Nacional situa-se em cerca de 9%. A expansão do funcionalismo público decorre do esforço do governo de assegurar o restabelecimento da Administração Central em todo o território e o

alargamento das redes de ensino e de saúde a todo o país, implicando aumento dos recursos humanos necessários. O incremento das despesas de capital (224%) decorre da intensificação do Programa Geral do Governo para o biénio 2005/2006.

Saliente-se que o principal objectivo do presente orçamento consiste na reabilitação de infra-estruturas económicas e sociais com vista à promoção do relançamento da economia. Importa também referir a evolução dos juros, destacando-se a subida do endividamento, apenas parcialmente compensada com a queda dos custos de financiamento devido à maior facilidade de acesso aos mercados internacionais e à redução do prémio de risco pago pelo Estado angolano dentro e fora do país. No que concerne às receitas, destaque para o abrandamento do ritmo de crescimento das receitas relativas ao petróleo e a expansão sustentada das receitas tributárias não petrolíferas, reforçando a noção de normalização lenta da actividade económica.

2. FORTE INVESTIMENTO EM INFRA-ESTRUTURAS

Prossegue o ambicioso e emblemático Programa Geral do Governo (PGG) para o biénio 2005/6.

O Programa Geral do Governo para os anos 2005/6 (PGG) consiste num plano de investimentos públicos destinado à "consolidação da paz e da reconciliação nacional e a edificação das bases para a constituição duma economia nacional integrada e auto-sustentada". Ou seja, a principal preocupação do plano radica na recuperação da produção nacional em sectores não petrolíferos, mormente com vista a atender às carências da população, reabilitar as infra-estruturas físicas, lançando as bases para a recuperação sustentada da actividade económica, contagando todo o país. O Banco Mundial estima que o esforço de reconstrução nacional possa ascender a valores entre 15 e 30 mil milhões de dólares.

A sustentabilidade do crescimento económico angolano passa, segundo este plano, pela **necessidade de desenvolvimento de actividades fora do âmbito da indústria petrolífera e**

Financiamento do Orçamento

				mil milhões de kwanzas	
	2004	2005Prog	2006	Variação %	
				2005/2004	2006/2005
Saldo global (caixa)	-24.5	14.0	-282.1	-157%	-2115%
Financiamento líquido¹	-67.9	-13.9	282.0	-80%	-2129%
Interno (líq.)	-21.7	1.0	-175.2	-105%	-17620%
Bancos	-28.0	-29.2	-220.2	4%	654%
Banco Central	-28.0	-29.2	-220.2	4%	654%
Outras IF's	0.0	0.0	0.0	-	-
Outros	6.3	30.2	45.0	379%	49%
Externo (líq.)	-46.2	-14.9	457.2	-68%	-3168%
Empréstimos recebidos	169.4	85.4	612.6	-50%	617%
Empréstimos financeiros	158.8	0.0	89.5	-100%	-
Linhas de crédito	10.6	71.9	470.0	578%	554%
Projectos	0.0	13.5	53.1	-	293%
Outros	0.0	0.0	0.0	-	-
Amortizações	215.6	100.3	155.4	-53%	55%

Fonte: Min. Finanças, BNA.

Nota: ¹ Para 2004, com os dados fornecidos pelo Min. Finanças não se consegue obter para o financiamento um valor igual ao saldo das contas públicas.

diamantífera, que correspondem a 57% do valor gerado na economia. Os designados "sectores estruturantes": construção e obras públicas, indústria transformadora e energia têm uma participação relativa que não excede os 8% do PIB. Por seu turno, a agricultura, silvicultura, pecuária e pescas também representarão aproximadamente 8% do produto nacional. Angola satisfaz apenas cerca de 50% das suas necessidades alimentares com produção própria, sendo a falta colmada através de importações e recurso a auxílio internacional.

Entre os principais constrangimentos ao crescimento económico, destacam-se: a falta de infra-estruturas básicas; ausência de serviços de apoio; inexistência de mecanismos indispensáveis à consolidação do progresso económico (concretamente: respeito à protecção da propriedade privada).

Os principais objectivos gerais para 2005 e 2006, resumem-se em:

- consolidação da paz e reconciliação nacional;

- edificação das bases para a construção de uma economia nacional integrada e auto-sustentada;
- restabelecimento da administração central do Estado em todo o território nacional;
- desenvolvimento dos recursos humanos;
- desenvolvimento harmonioso do território;
- consolidação do processo democrático.

Ora, estes objectivos gerais têm transposição para objectivos específicos concretos, os quais evidenciam as condições necessárias para a economia angolana apresentar um crescimento equilibrado e sustentável a prazo:

- continuação da reintegração social e produtiva dos desmobilizados e deslocados;
- melhoria da prestação de serviços sociais básicos e promoção da harmonia social;
- consolidação do processo de estabilização macro-económica garantindo a estabilidade monetária e cambial e redução da inflação;
- reabilitação de infra-estruturas;

OPINIÃO

- diversificação e aumento da produção interna de bens e serviços;
 - revitalização da economia rural e restabelecimento dos circuitos económicos e comerciais em todo o território nacional;

- erradicação ou redução significativa da fome e da miséria;

- apoio ao desenvolvimento do sector privado;

- aumento do nível geral do emprego e melhoria da remuneração do trabalho;

- aprofundamento da reforma da Administração Pública, do sistema financeiro e da justiça;

- execução célere da reforma do sistema de educação e ensino;

- distribuição equilibrada do rendimento nacional e eliminação das assimetrias regionais;

- início da reforma da comunicação social;

- reforço da capacidade institucional e técnica dos meios de comunicação social;

- criação das condições materiais e técnicas para a realização de eleições gerais.

Para 2006, com vista à aceleração da concretização do programa de investimentos, o executivo anunciou a **criação do Banco de Desenvolvimento de Angola (BDA)**, constituído com capitais provenientes das receitas petrolíferas, com vista a facilitar o financiamento da reconstrução do país, conceder garantias e assegurar crédito para projectos do sector privado considerados prioritários para o aumento da oferta de bens e serviços, conferindo um novo impulso ao sector produtivo, sobretudo ligado à agricultura e à indústria. O envolvimento do sector privado no esforço de reconstrução do país é um tema caro às autoridades, as quais, no âmbito do programa bienal, pretendem pôr em prática um conjunto de medidas destinadas a atrair capital privado para o desígnio nacional de reconstrução do

país e, sobretudo, da sua estrutura produtiva, aliviando a dependência de importações e auxílio externo.

Como se depreende da apresentação do **plano de Investimentos que se segue, este encerra duas vertentes: uma orientada para a construção de infra-estruturas de apoio ao desenvolvimento normal das actividades económicas e outra destinada à promoção directa dessas mesmas actividades económicas, designadamente no que se refere à redinamização de sectores tradicionais como a agricultura, pesca e pecuária ou sectores industriais, nalguns casos ligados à produção petrolífera e diamantífera.**

3. PROJECTOS EM DESTAQUE

Projectos com maior visibilidade

	Financiamento	Início da obra	Conclusão prevista
Energia: Fase II da Barragem de Capanda	Estado+Linhas de crédito da Rússia e Brasil	Em curso	2007
Água: III fase de Luanda Sudeste	Estado	Em curso	2006
Estradas: Reconstrução de 1 200km	Estado+Linhas de crédito da China, Alemanha e Portugal	Em curso	2006
Caminhos de Ferro de Benguela	Estado+Linhas de crédito da China	2006	2007
Petróleo: Refinaria de Lobito (Sonaref)	Sonangol (50%)+Privados locais (10%)+Petrolíferas (40%)	2006	2009/10
Diamantes: Fábrica de lapidação	Israel (47%)+Endiama (48%)+Outros locais (5%)	2005	Concluída
Comércio: Centro Comercial Belas Shopping (Luanda)	Privados angolanos (70%)+Brasileiros (30%)	Em curso	2006

Fonte: Min. Finanças, Angop, EIU.

Metas: infra-estruturas económicas

Ação	Indicador	Âmbito territorial	Ponto da situação
Transportes rodoviários			
Reconstrução de estradas	4194 km	Nacional	1200 km em reconstrução
Reconstrução de pontes	Construção de 2000m	Nacional	
Reconstrução de 17 pontes	Nacional		Apenas 5
Aumento da oferta de meios de transporte			
Camiões	2750 viaturas	Nacional	Compras no valor de USD 30m
Autocarrros	116 autocarrros	Nacional	
Aeroportos, aeródromos e aquisição de meios de transporte			
Reabilitação	12	Luanda, Huambo, Bié, Sauroimo, Uíge, Malange, Cabinda, Moxico, Lunda Norte, Lunda Sul, Kuando Kubango e Zaire	
Construção	2 aerogares	Zaire e Lunda Sul	
Aquisição de meios de transporte	9 aeronaves para TAAG	Nacional	Compradas
Reabilitação:			
Portos	4	Cabinda, Kuanza Sul, Namibe, Zaire	
Faróis	15	Cabinda, Zaire, Luanda, Benguela, Namibe	
Farolins	40	Cabinda, Zaire, K. Sul, Benguela, Namibe	
Bóias	4	Cabinda, Zaire	
Construção	1 porto seco	Luanda (Viana)	
Aquisição de meios de transporte			
Barcos	2	Nacional	
Ferryboats	2	Luanda	
Lanchas para capitánias	2	Kuanza Sul, Benguela, Namibe	
Reabilitação de faróis e farolins		Cabinda, Zaire	
Caminhos de ferro			
Reabilitação		Luanda, Kuanza Norte, Bié, Malange	Início em 2006
	Troço Baía-Malange	Benguela, Huambo, Bié, Moxico	Início em 2006
	Troço Cubal-Luuu	Namibe, Huíla	Em progresso
	Troço Namibe-Matala	Nacional	
Aquisição de material circulante			
Aumento da capacidade de produção de água tratada (sedes de província)	113%		Em curso
Aumento do nº de chafarizes	20%		Em curso
Pontos de captação de água	4%		Em curso
Programa Luanda Cidade Limpa		Luanda	Em curso
Saneamento			
Energia			
Crescimento da produção de electricidade	21%		Em curso
Crescimento da capacidade disponível de produção	36%		Em curso
Crescimento da rede de transporte e distribuição de electricidade	58%		Em curso

Fonte: Ministério das Finanças.

Plano de Investimentos Públicos / Infra-estruturas básicas

	Projectos/Metas	Custo (milhões de USD)		
		2005	2006	Total
Obras Públicas	Melhoria da circulação de pessoas e bens sobretudo entre cidades e campo; Reposição e funcionamento condigno dos órgãos da Administração Pública; Minimização da erosão; Melhoria do estado das infra-estruturas de saneamento básico de Luanda; Aumento da produção de inputs e de equipamento.	441	297	738
Electricidade	Ampliação da Central Hidroelétrica de Capanda e das redes de transporte associadas; Recuperação do sistema Centro e instalação de potência térmica adicional para assegurar o fornecimento de energia a Benguela, Lobito e Huambo; Recuperação e ampliação das redes de distribuição nas regiões de Luanda, N'Dalatando, Caxito e Malange; Outras acções de reabilitação e ampliação de instalações eléctricas.	303	106	409
Água	Construção da etapa III do projecto de águas de Luanda Sudeste com destaque para a ampliação da rede de distribuição; Construção do novo sistema de abastecimento integrado das cidades de Benguela, Lobito, Catumbela, Baía Farta; Recuperação e ampliação do sistema de águas das cidades de Malange, N'Dalatando, Huambo, Cuíto, Caxito, Úrge; Outras acções de reabilitação e ampliação dos sistemas de captação e distribuição de água.	168	96	264
Transportes	Melhoria da oferta de transporte rodoviário, de pessoas e bens, através do aumento da frota de autocarros e camiões; Recuperação das linhas de caminho de ferro; Recuperação das infra-estruturas aeronáuticas para satisfação dos requisitos mínimos; Licenciamento da actividade de operadores privados, através de concurso público.	190	286	476
Telecomunicações	Alargamento da rede básica; Aumento da oferta de serviços de telecomunicações; Incremento da concorrência no sector, estimulando operadores privados, pelas facilidades adicionais introduzidas em matéria de interligação entre operadores e melhoria do fluxo de informação.	7	3	10
Total		1,110	788	1,897

Fonte: Ministério das Finanças

A indústria petrolífera está a cumprir as metas estabelecidas pelas autoridades. Estão a intensificar-se as parcerias entre empresas privadas locais e empresas públicas e estrangeiras na exploração de alguns poços, de menor dimensão, ou no fornecimento de alguns serviços. Por outro lado, as empresas estrangeiras têm vindo a ser sensibilizadas para a necessidade de aumento do envolvimento com a população local, cumprindo quotas de pessoal e dando-lhe formação específica. Aliás, nos novos concursos de concessão, embora não de forma explícita, as autoridades estarão dispostas a favorecer os consórcios que busquem parcerias locais e/ou que se disponham a empregar mais factores locais no âmbito do esforço assumido pelas

autoridades de promoção da "angolanização" da economia, conferindo maiores quotas de emprego aos locais na indústria petrolífera e incentivando empresas privadas nacionais a participar na prospecção e exploração de campos de menores dimensões e menos exigentes em termos tecnológicos. Relativamente às metas de produção, o objectivo de 1.25 mil barris/dia em 2005 poderá ser atingido. O campo Kizomba B entrou em fase de produção, os campos Benguela, Dália e Camélia iniciarão a exploração em 2006 e continuam a ser anunciadas descobertas de jazidas economicamente viáveis em vários outros campos. Aliás, até Fevereiro deste ano decorre um concurso internacional de atribuição de licenças de prospecção e exploração que tem

despertado intenso interesse das maiores petrolíferas mundiais.

Na indústria diamantífera, estabeleceram-se novos contratos de concessão, em moldes mais profissionais, e ampliou-se a capacidade produtiva da principal mina angolana. O interesse de não-residentes por este sector tem-se intensificado. Adicionalmente, com capitais locais e israelitas, uma fábrica de lapidação de diamantes (10 milhões de USD) iniciou operações em Novembro último, numa tentativa de aumentar o valor acrescentado gerado internamente. Deverá lapidar diamantes no valor de cerca de 20-30 milhões de USD/mês e emprega 300 trabalhadores.

Plano de Investimentos Públicos / Fomento da produção interna

	Projectos/Metas	Custo (milhões de USD)		
		2005	2006	Total
Agro-pecuária	Aumento da produção de sementes de qualidade por forma a dar melhor resposta às necessidades do mundo rural; Aumento da produção cerealífera e leguminosas; Contributo para a melhoria da segurança alimentar.	89.1	103.9	193.0
Pesca	Aumento das capturas de pescado; Aumento da transformação industrial dos produtos da pesca; Aumento da produção de sal; Aumento da prestação de serviços e assistência técnica à pesca continental e artesanal; Reabilitação da ponte-cais de Cefo em Luanda; Reabilitação do cais de kCambo em Kuanza Sul; Reabilitação e apetrechamento da Cefo Pescas em Luanda.	203.8	99.1	302.9
Indústria transformadora	Melhoria da capacidade produtiva; Aumento anual da produção; Criação de novos postos de trabalho; Criação de novas empresas.	84.4	32.0	116.4
Indústria extractiva não petrolífera	Melhoria da gestão das concessões mineiras; Contribuir para a diversificação do aproveitamento dos recursos mineiros.	0.0	0.0	0.0
Indústria petrolífera	Angolanização do sector; Atingir a taxa global de angolanização de 80%; Aumento das competências do Ministério dos Petróleos para melhor supervisão e controlo; Início da actividade de prospecção das bacias interiores (Kassanje, Okawango, Etosha) e reinício da actividade no onshore Kwanza; Cessação de todas as prorrogações dos períodos de prospecção; Início da produção dos campos Benguela/Belize (Bloco 14) e dos campos Kizomba B (Bloco 15) e Dália/Camélia (Bloco 17); Implementação dos projectos para o aproveitamento do gás associado; Atingir uma produção média diária de 1.2 milhões de barris/dia em 2005 e 1.6 em 2006. Extensão da rede de distribuição de petróleo a todo o país; Arrecadação de reservas cambiais; Atingir vendas no mercado interno de 2 milhões de toneladas/ano e uma taxa de crescimento de 3%/ano.	n.d.	n.d.	n.d.
Turismo	Aumentar a capacidade de alojamento; Aumentar o emprego; Apoio ao desenvolvimento do sector privado; Informatização do ministério da tutela. Aumento da capacidade hoteleira para 2 665 quartos.	0.1	0.1	0.2
Comércio e serviços não financeiros	Simplificação dos procedimentos de licenciamento; Melhoria do controlo e fiscalização da qualidade dos bens alimentares.	12.7	1.3	14.1
Total		1,499.6	1,023.8	2,523.4

Fonte: Ministério das Finanças

4. FINANCIAMENTO

Linhas de crédito da China

Os projectos associados ao plano de acção do executivo estão a beneficiar de financiamento externo. A maior linha de crédito negociada pelas autoridades angolanas foi obtida junto do Estado chinês, ascendendo a 2 mil milhões de dólares que deverão estar totalmente aplicados até final de 2006; podendo posteriormente ser

aumentada para 4 mil milhões de dólares e estendida por mais dois anos. Até final de 2005, cerca de mil milhões de dólares já haviam sido alocados a vários projectos, embora o processo tenha sido mais lento que o esperado devido a dificuldades burocráticas associadas à novidade de atribuição deste tipo de auxílio. Parte da linha de crédito está a ser utilizada na reconstrução das estradas (240 milhões de USD), na construção do

aeroporto de Luanda (Viana), da aquisição de camiões (30 milhões de USD) e alfaia agrícolas (60 milhões de USD) e na construção de escolas, hospitais e mercados municipais. Na restauração das pontes e das estradas, as empresas chinesas têm desempenhado um papel preponderante, na medida em que garantem o seu financiamento mediante a adjudicação da obra, comprometendo-se a sub-contratar

OPINIÃO

30% do valor da obra junto de empresas privadas locais. A reconstrução do caminho de ferro de Benguela com início em 2006 também receberá fundos chineses.

Linhas de crédito de outros países

Existem outras linhas de crédito contratadas com outros países (em

média, cerca de 500 milhões de dólares por linha), mas de dimensões significativamente inferiores à obtida com a China. Assim, a segunda fase de expansão da Barragem de Capanda está prestes a iniciar-se, beneficiando de linhas de crédito da Rússia e do Brasil. O projecto de construção da refinaria de Lobito (Sonaref) irá para a

frente mediante a disponibilização de fundos de empresas petrolíferas estrangeiras a operarem (ou com interesse em operarem) em Angola, que participarão no capital da empresa. A reconstrução do sistema de estradas actualmente em curso beneficia de linhas de crédito de Portugal e da Alemanha.

5. OUTROS INVESTIMENTOS DE MONTA NÃO PÚBLICOS

Ao nível do imobiliário, estão a ser construídas várias unidades hoteleiras em Luanda e está prevista a construção, com capitais privados (angolanos e brasileiros), de um centro comercial, Belas Shopping, com 28 000 m², dispondendo de 100 lojas e 8 cinemas. As autoridades estão a promover a reconstrução de um bairro fronteiriço à baía sob a designação de Baía de Luanda, pretendendo atrair capital privado para este projecto imobiliário no valor estimado de 2 mil milhões de dólares, com duração de 13 anos e que compreende zonas habitacionais, complexos de escritórios e serviços, espaços de lazer e entretenimento.

Em termos de telecomunicações, Angola, devido à longevidade do

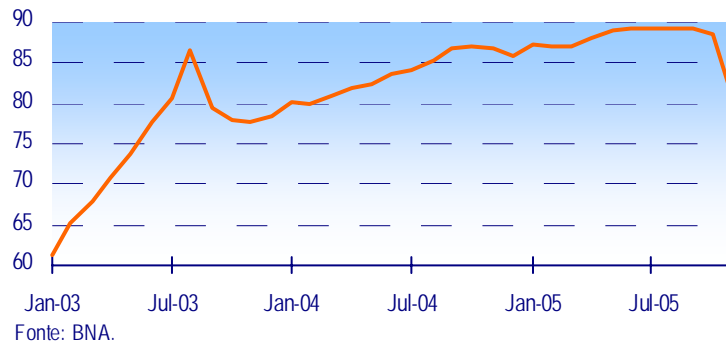
conflito armado, ainda compara negativamente com a maioria dos países africanos no que respeita à cobertura da rede fixa, apresentando uma cobertura débil. Todavia, sobretudo na rede móvel, os progressos recentes têm sido impressionantes. Segundo a EIU, em 2004, existiam 96 300 subscritores da rede fixa, o equivalente a 6.7/1 000 habitantes contra uma média em África de 31/1 000. No mesmo ano, o número de detentores de telefones móveis ascendia a 940 000, ou seja 66.8/1 000, que compara com a média africana fixada em 89.7/1 000. A rede móvel está a expandir-se com espantosa rapidez. Em 2005, estimava-se que existissem 1.3 milhões de subscritores contra um valor de 140 000 em 2002. Mais, a Unitel, o principal operador local detido pela PT e capitais angolanos, anunciou recentemente investimentos na ordem

de 300 milhões de USD na expansão da rede ao longo dos próximos três anos.

... Discutindo a política do "kwanza forte" e o controlo da inflação

A forte entrada de receitas petrolíferas por via do crescimento da produção e da subida do preço internacional engordam as reservas cambiais no Banco Central, facilitando a actual política. Contrariamente a alguns argumentos de que esta política é insustentável a prazo e que inviabiliza o desenvolvimento da produção local, pode-se contrapor o seguinte: presentemente, as autoridades angolanas dispõem de meios para promoverem a estabilidade de preços, se não os utilizassem desta forma poder-se-ia correr o risco destes fundos irem eventualmente alimentar o fenómeno inflacionista, caso se tentasse passá-los para a população através de subsídios ou de aumentos salariais. Ao estabilizarem os preços, numa altura em que ainda não estão asseguradas condições mínimas suficientes para a promoção de uma estrutura produtiva sólida, a questão da competitividade dos produtos locais não se coloca com a mesma propriedade que noutros países com agricultura e tecidos industriais desenvolvidos e orientados para o exterior (ou substitutos de importações). Acresce que ao debelar a inflação, está-se a tentar reduzir, a prazo, o diferencial de custo da produção angolana, favorecendo a sua competitividade futura. Mais, num ambiente económico primevo, opta-se por desmontar esquemas de formação de expectativas inflacionistas, os quais constituíram importantes obstáculos ao normal crescimento de economias na América Latina e em África, instilando nos agentes económicos credibilidade nas autoridades monetárias, promovendo a queda do prémio de risco do Estado, renunciando o governo à monetização do défice público e reforçando a confiança e uso da moeda nacional. Acontecimentos de que as autoridades se regozijam. É, contudo, óbvio, que esta política tem duração limitada. Após cumprir o objectivo de

Evolução recente do USD/AKZ



estabilidade de preços deve ser abandonada, sob pena de, ao sobreviver ao seu tempo, inviabilizar a criação de uma estrutura produtiva agrícola e manufactureira adequada. Noutros países, a tentação de prolongá-la resultou em indesejáveis ajustamentos violentos (ex: Brasil).

A política do "kwanza forte" depende da existência de reservas cambiais, estando, por conseguinte, condicionada às receitas petrolíferas. A queda ou deslize do preço internacional do petróleo pô-la-á em causa. Todavia, não se antecipa este fenómeno para breve. Acresce que, em 2006 e 2007, uma redução do preço do petróleo poderá ser compensada pelo acréscimo da produção, estando assegurado o aumento ou manutenção de um nível saudável de reservas ou da actual política cambial. Importa ainda salientar que se, em 2007, a inflação se encontrar estabilizada na vizinhança de 10% (ou menos) e estiverem desmontados os mecanismos de formação de expectativas

inflacionistas (credibilidade das autoridades e aceitação generalizada da moeda local), a política do "kwanza forte" poderá ser abandonada progressivamente, tendo cumprido o seu propósito, exactamente numa altura em que poderão começar a escassear as munições ao banco central para prosseguir-la. Em 2007/8, o programa governamental de criação de infra-estruturas já estará bem avançado, estando disponíveis melhores condições para o desenvolvimento do tecido produtivo angolano, que beneficiará de uma envolvente de baixa inflação.

Recentemente, a moeda angolana registou uma forte apreciação. Em Novembro, valorizou cerca de 10% contra ao dólar, num movimento muito forte que apenas foi acomodado sem efeitos económicos significativos devido à estrutura incipiente local. De facto, movimentos cambiais desta grandeza tendem a provocar desajustamentos em economias desenvolvidas. Mesmo em Angola, o

PERSPECTIVAS

sistema financeiro ressentem-se destes fenómenos, pois representa uma profunda transferência de riqueza entre detentores de moeda local e de moeda estrangeira, resultando num enriquecimento súbito dos primeiros. Este acontecimento, a curto prazo, poderá ser entendido como mais um sinal do esforço das autoridades em credibilizarem a moeda nacional e promoverem a generalização do seu uso. Porém, dado o diferencial de inflação entre Angola e os seus principais parceiros, mesmo considerando o influxo de reservas, a

política de apreciação do kwanza numa óptica de estabilização de preços carece de fortes justificação, tanto mais que o mesmo propósito pode ser atingido com custos inferiores (depreciação programada do kwanza embora inferior ao diferencial de inflação). Acresce que movimentos cambiais bruscos, ao invés de credibilizarem a política seguida pelas autoridades, aumentam a incerteza, provocando, eventualmente, um efeito inverso ao desejado. Efectivamente, no âmbito da estabilização da economia, é mais seguro recorrer a um programa

de desvalorização cambial programada, reduzindo o custo e eliminando incerteza. Aliás, as autoridades parecem conscientes que a recente apreciação do kwanza não será duradoura, prefigurando a sua adesão ao modelo da desvalorização progressiva. No texto do OGE 2006, o câmbio médio USD/AKZ projectado para 2006 é 94.2 que compara com 89.8 em 2005, ou seja implicitamente pressupõe-se um deslize do kwanza face ao USD de cerca de 5%, um valor próximo do registado em 2004.

Crescimento acima de 20% e inflação controlada em 2006

Situação política

Depois de aprovação do quadro legislativo associado à realização das eleições, a Comissão Nacional de Eleições (CNE) foi empossada em Agosto. Contudo, o registo de eleitores inicialmente previsto para ser iniciado em Maio não começou em 2005. Ainda recentemente, a CNE reconheceu a impossibilidade de realização do

registo apenas em três meses como proposto por fontes governamentais. A ausência de informação suficiente sobre as regiões e o seu difícil acesso pelos encarregados da elaboração dos cadernos eleitorais impedem a sua concretização. Paralelamente, a aproximação da época das chuvas imprime maior lentidão ao processo, que estava programado para ser realizado em tempo seco. Assim, a

realização de eleições legislativas em 2006 parece estar comprometida, prevendo-se o seu adiamento para os primeiros meses de 2007. Não é também ainda claro se as eleições presidenciais serão contemporâneas das legislativas, encontrando-se as várias forças políticas em desacordo sobre este tema.

Conjuntura económica

... O governo e os organismos internacionais estão optimistas para a economia angolana.

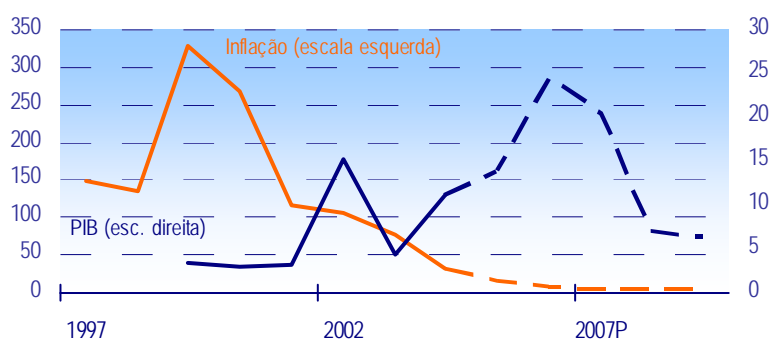
Segundo o governo e, de acordo, com previsões divulgadas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), a economia angolana crescerá cerca de 27% em 2006, devendo a inflação continuar a abrandar para valores na proximidade de 10%. O sector petrolífero será o mais dinâmico, apresentando uma expansão próxima de 30%. De facto, a produção de petróleo deverá aumentar de cerca de 1.25 milhões de barris/dia em 2005 para 1.7 milhões barris/dia em 2006. A economia angolana será igualmente favorecida pela manutenção do preço internacional do petróleo acima dos 50 dólares/barril. Prevêem-se, igualmente, progressos significativos na produção de diamantes. O combate da exploração ilegal de diamantes em regime de aluvião tem dado frutos e a principal mina angolana (Catoca), a quarta maior em termos mundiais,

deverá duplicar a sua produção anual em 2006, que ascenderá a 5.5-6 mil carats.

A evolução dos sectores petrolífero e diamantífero enfrenta obstáculos de contágio aos restantes sectores da economia. Efectivamente, embora estes dois sectores representem 57% do PIB, criam apenas 1% do emprego total existente. Acresce que são sectores capital-intensivo e fortemente

dependentes de equipamento específico e de pessoal especializado. Para tentar compensar estas especificidades, actualmente, as autoridades angolanas obrigam as empresas petrolíferas estrangeiras a operarem em território nacional a deterem uma percentagem fixa de trabalhadores autóctones e a ministrarem-lhes formação de modo a melhorarem as capacidades de trabalho dos locais.

Inflação & PIB



Fonte: FMI, BNA.

... sectores não-petrolíferos crescem acima de 10% mas menos que 30% do sector petrolífero

Os sectores não ligados aos recursos naturais deverão continuar a crescer menos, observando acréscimos na ordem dos 10%. Destaca-se o sector

agrícola, onde o Estado deverá continuar a investir fortemente, com o objectivo de redução da dependência alimentar externa e estabilização dos preços agrícolas, com peso determinante na evolução da inflação. A construção e o comércio continuam a revelar acentuado dinamismo. A

intensificação da concretização do programa de infra-estruturas do governo favorece as empresas de construção, registando-se a proliferação de criação de empresas privadas no sector. Por outro lado, a escassez de bens manufacturados de produção interna e os seus elevados

custos (designadamente de transporte) beneficiam a intensificação da actividade comercial, sobretudo quando Angola vive um período de considerável prosperidade. A vitalidade da economia angolana é atestada pelo crescimento de 110% do número de empresas registadas junto do organismo público responsável, ascendendo a 320 contra apenas 151 em 2004. O dinamismo da agricultura e da construção é evidenciada pelo crescimento do seu contributo para o PIB desde 2003.

... caminha-se para a normalização, mas ainda existem 91 000 deslocados e apenas 38% do território minado se encontra limpo

Apesar do processo de paz ter criado as condições básicas para a normalização da actividade económica em Angola, possibilitando a mobilidade interna, fomentando a actividade comercial e o elevado investimento em infra-estruturas, a ausência de infra-estruturas físicas e humanas continua a determinar negativamente a lentidão do progresso fora dos sectores

...Inflação quebra a fasquia dos 20% pela primeira vez desde 1996

Em Outubro, a inflação homóloga, pela primeira vez desde 1996, quebrou a barreira dos 20%, situando-se em 19.81%. Em Novembro, a tendência de abrandamento reforçou-se, tendo a inflação homóloga atingido 18.98%. A inflação mensal fixou-se em 1.19%, acelerando ligeiramente face ao mês anterior (0.97%). Em Dezembro, deve persistir o movimento declinante da inflação anual, embora mensalmente, por razões sazonais possa acelerar ligeiramente. A política de estabilidade cambial é a principal responsável pelo sucesso da estabilização da inflação, favorecendo o cumprimento da meta oficial de 10% no final de 2006.

Estrutura sectorial da economia angolana

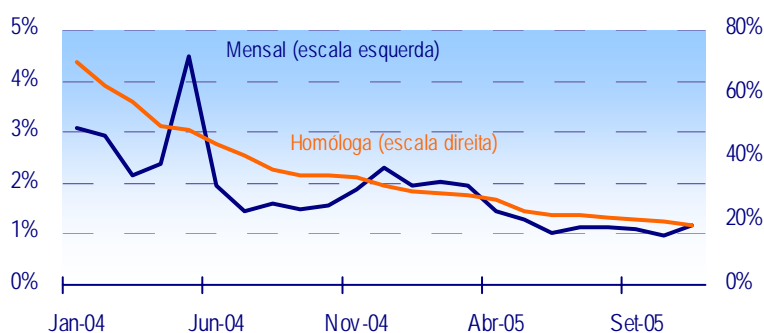
	2001	2002	2003	2004	2005
Agricultura, silvicultura, pecuária e pescas	8.4	7.8	8.5	8.7	9.3
Petróleo, gás e refinados	52.4	57.0	53.9	54.7	54.5
Diamantes e outras	6.3	4.6	5.2	4.7	4.3
Indústria transformadora	4.0	3.6	4.0	4.0	4.1
Energia e gás	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Construção e obras públicas	3.7	3.3	3.7	3.8	3.9
Comércio, transportes, comunicações, banca	15.7	13.7	16.5	16.1	16.6
Outros serviços	9.5	10.2	8.6	7.9	7.5
PIB a preços de mercado	100	100	100	100	100

Fonte: Ministério das Finanças.

petrolífero e diamantífero. Recorde-se que o governo angolano reconhece que os processos de repatriamento de população em campos de refugiados e de desminagem do território ainda não estão concluídos. Por outro lado, a discussão dos direitos de propriedade, designadamente nos meios rurais, tem-se vindo a colocar com crescente acuidade, sobretudo perante o regresso às origens de deslocados. Consequentemente, não obstante as perspectivas fabulosas para a economia angolana, a sustentabilidade de crescimento excessivamente baseado

na exploração de recursos poderá, a longo prazo, ser posta em causa. Onde é fundamental, o desenvolvimento em paralelo de outras actividades: agrícolas e manufactureiras. Neste âmbito, é encorajador o empenho das autoridades em, lentamente, favorecerem o envolvimento de empresas locais na construção de infra-estruturas adjudicadas a empresas estrangeiras e na criação de empresas locais fornecedoras de equipamento para a exploração petrolífera ou associadas à lapidação de diamantes.

Evolução da Inflação (mensal e homóloga)



Fonte: INE.

ANÁLISE DE CONJUNTURA

... Angola observa uma posição confortável das suas contas externas

Em 2005, o superávit comercial de Angola superará 10% do PIB por via do forte aumento das exportações (quantidade e preço do petróleo). As importações têm vindo a crescer embora mais lentamente que as exportações. A melhoria do sentimento da população, o forte crescimento económico, a necessidade de importação de equipamento para suportar o incremento da produção petrolífera deverão induzir a aceleração

das importações em 2006, embora as exportações mantenham um andamento muito favorável.

No que se refere à balança de capitais, apesar das relações com o Fundo Monetário Internacional terem esfriado nos últimos tempos, Angola continua a pretender o beneplácito do fundo para o seu programa económico, abrindo deste modo a possibilidade de concretização de uma conferência de doadores para angariação de fundos para o esforço de reconstrução e de renegociação da dívida em

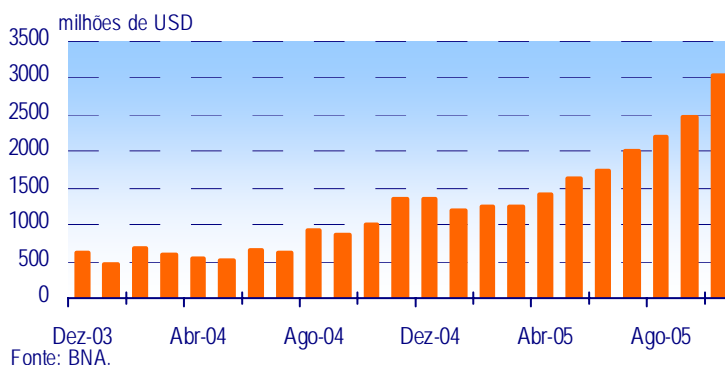
incumprimento ao Clube de Paris. Apesar de negociações bilaterais com alguns credores, o Estado angolano apresenta ainda um montante considerável de dívida externa em atraso face a organismos internacionais. Entretanto, o Estado e as empresas públicas não têm defrontado com dificuldades de obtenção de financiamento no exterior, tendo nalguns casos sido abandonada a garantia de receitas petrolíferas.

Política Monetária e Cambial

...kwanza forte

As autoridades angolanas, com vista à prossecução do controlo da inflação, continuam a intervir no mercado cambial, favorecendo o fortalecimento do kwanza contra o dólar americano. Esta política tem sido possível graças ao forte influxo de reservas cambiais decorrente do significativo superávit da balança comercial. Nos últimos meses, o USD/AKZ apreciou-se consideravelmente, atingindo uma cotação na vizinhança de 80. Tal representa uma apreciação da moeda local face ao dólar, desde o início do

Evolução das reservas cambiais

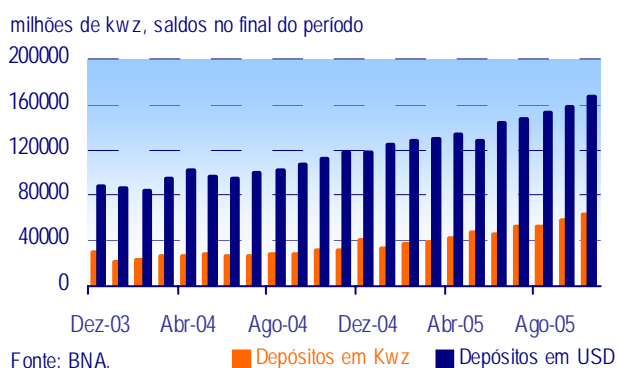


ano, de 6%. O aumento da produção petrolífera e o alto preço do petróleo asseguram a persistência de elevada entrada de reservas nos tempos mais

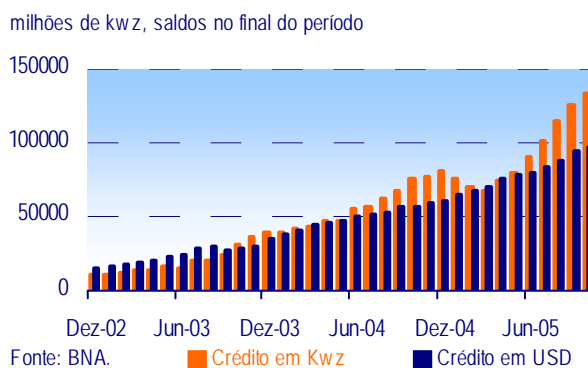
próximos, promovendo a permanência da política cambial do câmbio forte, embora o presente movimento de apreciação deva esmorecer.

...sistema financeiro em ebulição

Evolução dos depósitos do sector privado



Evolução do crédito à economia



Crédito por Sector de Actividade

	Dez-02	Dez-03	Dez-04	Jun-05	Peso 2002	Peso 2005	Varição
Agricultura, Produção Animal, Caça e Silvicultura	286.8	768.6	392.0	649.8	1.2%	0.7%	-0.5
Pescas	100.0	676.4	928.8	674.6	0.4%	0.8%	0.3
Indústria Extrativa	350.3	1193.5	453.1	4256.9	1.5%	4.8%	3.4
Petróleo Bruto e Gás Natural	-	-	-	-	-	-	-
Outros	350.3	1193.5	-	-	1.5%	-	-
Indústria Transformadora	2.1	2779.8	2862.6	3036.9	0.0%	3.4%	3.4
Produção e Distribuição de Electricidade, Gás e Água	32.6	13.3	211.4	68.6	0.1%	0.1%	-0.1
Construção	606.9	4589.4	4774.6	5305.2	2.5%	6.0%	3.5
Comércio	6421.3	13603.3	27074.0	17615.2	26.9%	20.0%	-6.9
Alojamento e Restauração(Restaurantes e Similares)	2423.5	4356.4	305.2	0.5	10.1%	0.0%	-10.1
Transportes, Armazenagem e Comunicações	783.9	3093.9	3558.9	3595.6	3.3%	4.1%	0.8
Actividades Financeiras e de Seguro	30.3	30.9	370.9	1247.2	0.1%	1.4%	1.3
Actividades Imobiliária, Alugueres e Serviços Prestados	10.0	2540.5	7490.9	7313.8	0.0%	8.3%	8.3
Administração Pública e Segurança Social	0.5	802.9	1045.0	238.1	0.0%	0.3%	0.3
Educação, Saúde e Acção Social	1205.8	2280.8	858.9	366.2	5.0%	0.4%	-4.6
Outras	0.0	0.0	2445.5	7423.5	0.0%	8.4%	8.4
Particulares	9740.2	20546.5	19648.0	36348.1	40.7%	41.2%	0.5
Total	23910.6	57276.1	72419.7	88140.2	100.0%	100.0%	

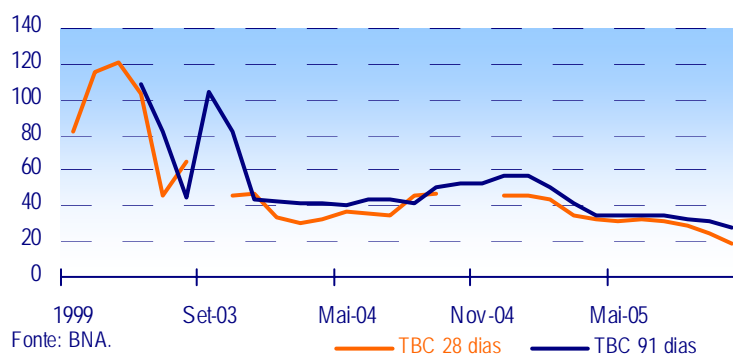
Fonte: BNA.

Nota: O total de crédito deste mapa, não inclui o crédito concedido ao Governo Geral.

Outra evidência importante do dinamismo da economia angolana é a pujança do sector financeiro. Os depósitos e o crédito continuam a crescer a bom ritmo. Entretanto, o peso da moeda local tem aumentado, quer no que respeita a depósitos quer a crédito, reflectindo a sua maior aceitação e o reforço da credibilidade das autoridades na condução da política monetária. Os empréstimos ao sector privado continuam a expandir-se, embora o peso do financiamento do Estado se mantenha relevante. O Estado tem privilegiado o financiamento através da emissão de dívida titulada, mormente abandonou as antigas práticas de financiamento monetário do défice por recurso ao BNA. A colocação da dívida pública tem sido bem aceite pelos investidores institucionais, sobretudo bancos. A liquidez no sistema, embora continue a expandir-se, observa um ligeiro abrandamento.

As taxas de juro, sobretudo em kwanzas, consolidaram a tendência declinante, reflexo simultâneo da queda da inflação e da redução do

Taxas de juro de TBC



Fonte: BNA.

Custos reais de financiamento/rendibilidade de aplicações

se efectuadas a partir de dólares americanos...	há 3 meses	há 6 meses	há 1 ano
Aplicações em Kwanzas	90.16%	57.78%	32.44%
Financiamento em Kwanzas	146.87%	112.77%	88.83%
Aplicações em USD	1.75%	2.38%	0.61%
Financiamento em USD	9.12%	9.55%	10.03%

Fonte: BNA, BBPI.

prémio de risco exigido pelos investidores em títulos emitidos pelo Tesouro ou pelo BNA. Este fenómeno tenderá a acentuar-se nos tempos mais próximos devido ao abrandamento da

inflação, quebrando a fasquia dos 15% ao longo de 2006.

Cristina Casalinho
12 de Janeiro de 2006

"Esta publicação destina-se exclusivamente a circulação privada. A informação nela contida foi obtida de fontes consideradas fiáveis, mas a sua precisão não pode ser totalmente garantida. As recomendações destinam-se exclusivamente a uso interno, podendo ser alteradas sem aviso prévio. As opiniões expressas são da inteira responsabilidade dos seus autores, reflectindo apenas os seus pontos de vista e podendo não coincidir com a posição do BPI nos mercados referidos. O BPI, ou qualquer afiliada, na pessoa dos seus colaboradores, não se responsabiliza por qualquer perda, directa ou potencial, resultante da utilização desta publicação ou seus conteúdos. O BPI e seus colaboradores poderão deter posições em qualquer activo mencionado nesta publicação. A reprodução de parte ou totalidade desta publicação é permitida, sujeita a indicação da fonte."

BANCO BPI. S.A.

Rua Tenente Valadim, 284 4100 - 476 PORTO
Telef.: (351) 22 207 50 00 Telefax: (351) 22 207 58 88

Largo Jean Monnet, 1 - 9º 1269-067 LISBOA
Telef.:(351) 21 724 17 00 Telefax: (351) 21 353 56 94